

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 890.116 - SP
(2016/0077173-2)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : ANDERSON LUIS PEREIRA
ADVOGADO : MÁRCIO GONÇALVES DELFINO E OUTRO(S) - SP113531
INTERES. : MUNICÍPIO DE PINHALZINHO
ADVOGADO : SÉRGIO HELENA E OUTRO(S) - SP064320

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES SEM CONCURSO PÚBLICO. AUSÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO NECESSÁRIO À CONFIGURAÇÃO DO ATO ÍMPROBO, TENDO EM CONTA A EXISTÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO EM LEI MUNICIPAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF.

1. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, estando a contratação temporária de servidores sem concurso público fundamentada em legislação local, fica afastado o elemento subjetivo necessário à caracterização do ato de improbidade.

2. Na espécie, segundo o quadro delineado pelo acórdão recorrido, a contratação obedeceu aos parâmetros estabelecidos pela legislação que regulamenta a matéria em âmbito municipal.

3. Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, o exame da legislação municipal aplicável à espécie, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 280/STF.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa, Gurgel de Faria (Presidente), Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

